

Entendendo Milei sem preconceitos; precisamos vencê-lo

"A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer; nesse interregno, surge uma grande variedade de sintomas mórbidos." (Antonio Gramsci, Cadernos do Cárcere, caderno 3, §34)

O pano de fundo: um mundo em recomposição

Nenhuma economia nacional se lê hoje sem o ruído de fundo. O Estreito de Ormuz, por onde passa perto de um quinto do petróleo mundial, permanece bloqueado pelo Irã desde a ofensiva conjunta de Estados Unidos e Israel contra Teerã em 28 de fevereiro de 2026. O Brent, que era negociado a cerca de 73 dólares antes do ataque, chegou a rondar 110 dólares em abril e voltou a se aproximar dos 90 dólares em agosto, com a Agência Internacional de Energia recorrendo a uma liberação histórica de 400 milhões de barris de reservas estratégicas e Washington suspendendo temporariamente sanções sobre petróleo iraniano e russo no mar para conter a escalada. Enquanto isso, o secretário do Tesouro americano articulava uma coalizão internacional para escoltar petroleiros pelo estreito.

Ao choque energético soma-se o rearranjo tarifário aberto em abril de 2025, quando o governo Trump impôs sobretaxas generalizadas ao comércio mundial, medida posteriormente derrubada pela Suprema Corte americana. O efeito agregado foi menor do que se temia: a economia mundial cresceu acima do previsto, sustentada pelo investimento maciço em inteligência artificial, pela desinflação empurrada por produtores chineses que reduziram preços para escoar estoques, e por bancos centrais que puderam cortar juros. A OCDE projetava crescimento global de 3,3% em 2026, com a inflação nos países-membros recuando para 3%. A resiliência, porém, convive com fragmentação: blocos econômicos se fecham, cadeias de suprimento se regionalizam, e a disputa entre Estados Unidos e China por terras raras e microchips define o novo equilíbrio.

Ideologicamente, o período é marcado pela ascensão de governos que combinam nacionalismo econômico com desregulação doméstica, um híbrido que Trump exporta e que Milei importa em versão mais doutrinária. A América do Sul entrou nesse quadro pela porta difícil, com a intervenção militar e política americana sobre a Venezuela no início de 2026 reordenando o cálculo de todos os governos da região.

O Mercosul nesse tabuleiro

Foi nesse ambiente que o Mercosul destravou o acordo com a União Europeia, negociado por vinte e seis anos e assinado em Assunção no fim de janeiro de 2026, depois que o Conselho da União Europeia autorizou a assinatura em 9 de janeiro, com a França votando contra. O tratado cria a maior zona de livre comércio do mundo, cerca de 718 milhões de habitantes, e prevê que o Mercosul zere tarifas sobre 91% dos bens europeus em até quinze anos, enquanto a União Europeia elimina tarifas sobre 95% dos bens sul-americanos em até doze. Diplomatas europeus leram a chancela como gesto político deliberado diante da política externa americana. Reino Unido, Canadá e Japão manifestaram interesse em acelerar negociações próprias com o bloco.

A Argentina de Milei foi a primeira a ratificar. A Câmara dos Deputados aprovou o acordo em 12 de fevereiro por 203 votos a 42, e o presidente da Casa, Martín Menem, celebrou o fim do que chamou de isolamento argentino. Aí reside a ambivalência que interessa: Milei critica o Mercosul como camisa de força protecionista e defende sua flexibilização, ao mesmo tempo em que se serve do bloco para obter o acesso europeu que sozinho não teria. No Brasil, o Congresso promulgou o acordo em 17 de março, com a ApexBrasil estimando incremento de cerca de sete bilhões de dólares nas exportações brasileiras.

A tensão de fundo é sobre a natureza do bloco. Lula sustenta que o Mercosul é instrumento de soberania e proteção diante do protecionismo internacional, e que a integração regional não pode oscilar a cada troca de governo. Setores da direita brasileira endossam a tese de Milei pela flexibilização, chegando a propor área de livre comércio direta entre Brasil e Estados Unidos, com um dos principais nomes desse campo encaminhando ao Escritório do Representante Comercial americano documento crítico ao

funcionamento do bloco. A eleição presidencial brasileira deste ano decidirá, na prática, qual das duas concepções prevalece. É contra esse pano de fundo que a experiência argentina precisa ser lida, porque o que se decide em Buenos Aires não fica em Buenos Aires.

A cena de agosto de 2026

Na terça-feira 18 de agosto de 2026, o risco país argentino voltou a romper a marca psicológica dos 500 pontos. O risco país é o termômetro que o mercado financeiro usa para medir a desconfiança em relação a um governo: mostra, em pontos básicos (cada cem pontos equivalem a um por cento ao ano), quanto a mais um país paga de juro sobre sua dívida em comparação ao título do Tesouro americano, considerado o investimento mais seguro do mundo. Quanto mais alto o número, mais caro fica para aquele país tomar dinheiro emprestado lá fora. Pois bem, o indicador argentino, calculado pelo banco JPMorgan, subiu dezoito pontos num único pregão até 506 unidades. Um mês antes, em meados de julho, o mesmo termômetro havia tocado 402 pontos, a mínima de todo o governo Javier Milei. Entre um extremo e outro, o Merval, principal índice da Bolsa de Buenos Aires, perdeu mais de dez por cento em dólares no mês. Os ADRs argentinos, recibos que permitem a investidores de Nova York comprar ações de empresas do país em dólares sem sair dos Estados Unidos, caíram até dezoito por cento, e o Banco Macro recuou mais de dez por cento numa única semana. Não é o gráfico de um colapso. É o eletrocardiograma de uma convalescença que ainda não decidiu se vai virar.

Entender essa oscilação exige recuar à cena inaugural, e recuar sem o filtro que costuma converter Milei em caricatura, seja a do salvador messiânico, seja a do bufão perigoso. Há arquitetura de Estado sendo redesenhada na Argentina, e arquitetura de Estado se examina por seus mecanismos, não por seus adjetivos.

O diagnóstico de dezembro de 2023

Quando Milei assumiu, em 10 de dezembro de 2023, herdou uma economia em estado de emergência clínica. A inflação, medida pela variação de preços ao consumidor, fechara o mês em 25,5% e o ano acumulado em 211,4%, segundo dados do INDEC, o instituto oficial de estatística argentino, equivalente ao IBGE brasileiro, citados pela Gazeta do Povo. As reservas internacionais líquidas do Banco Central, o estoque de dólares e outros ativos que sobra ao país depois de descontadas suas obrigações de curto prazo em moeda estrangeira, eram negativas em cerca de treze bilhões de dólares, conforme reconstrução do Instituto +Liberdade a partir de dados oficiais. Um país com reservas líquidas negativas está, em termos práticos, sem colchão para honrar compromissos externos se precisar. O câmbio oficial, represado por controles que limitavam a quantos pesos por dólar o governo permitia negociar, saltara artificialmente de pouco mais de trezentos e sessenta pesos para quase oitocentos pesos por dólar em poucos dias, segundo levantamento da CNN Brasil. O déficit fiscal primário, a diferença entre o que o Estado arrecada e o que gasta, sem contar os juros da própria dívida, rondava cinco por cento do PIB, sigla para Produto Interno Bruto, a soma de tudo que um país produz em bens e serviços num ano e o termômetro padrão do tamanho de qualquer economia, número citado pelo economista Fabio Giambiagi à Forbes Brasil. A pobreza medida pelo INDEC, calculada a partir da renda familiar necessária para comprar uma cesta básica de bens e serviços, estava em 41,7% da população no segundo semestre de 2023, dado reproduzido pelo Metrôpoles.

Esse quadro não nasceu com Alberto Fernández, ainda que tenha se agravado sob sua gestão. Nasceu de um padrão que atravessa pelo menos três décadas de política econômica argentina, no qual cada governo tenta resolver o mesmo problema (déficit crônico, dependência de dólares que o país não gera, uma moeda que ninguém quer guardar) por um instrumento diferente, e cada instrumento colapsa a seu modo particular.

Três arquiteturas para o mesmo problema

Mauricio Macri, entre 2015 e 2019, escolheu o gradualismo financiado por dívida externa. Preferiu não tocar de imediato na estrutura de subsídios e gasto social herdada do kirchnerismo, apostando em atrair capital estrangeiro para cobrir o hiato fiscal enquanto a economia se reacomodava devagar. A pobreza, que ele próprio situava em 32,2% no momento da posse, segundo declaração reproduzida pelo Diario de Cuyo em 2018, terminou o mandato em 40,9%, conforme reconstrução acadêmica publicada pela SciELO. O

desemprego fechou 2019 em 8,9%, depois de ultrapassar dois dígitos em junho daquele ano. A âncora externa custou caro: em 2018 a Argentina recebeu o maior empréstimo da história do FMI, o Fundo Monetário Internacional, organismo que reúne quase duzentos países e empresta a governos em dificuldade cambial em troca do cumprimento de metas fiscais, 57 bilhões de dólares aprovados, dos quais 45 bilhões efetivamente liberados, segundo reportagem do Brasil de Fato. O gradualismo não sobreviveu à primeira corrida cambial séria.

Alberto Fernández, entre 2019 e 2023, inverteu o eixo. Reinstalou e multiplicou os controles cambiais, o chamado cepo, mecanismo pelo qual o governo racionava o acesso a dólares e criava, na prática, várias cotações diferentes para a mesma moeda conforme quem comprava e para quê, um cardápio de dólares paralelos que ia do "dólar poupança" ao "dólar blue" negociado informalmente. Recorreu também à emissão monetária, a impressão de mais pesos pelo Banco Central, para financiar o Tesouro, primeiro em resposta à pandemia, depois por inércia fiscal e disputa interna com sua vice-presidente. Renegociou a dívida com o FMI em um esquema de pagamentos que se estende até 2034, aprovado pelo Congresso, conforme o mesmo levantamento do Brasil de Fato. O resultado desse desenho foi a espiral inflacionária que Milei herdaria: de patamares ainda elevados, porém geríveis, ao final de 2019, a inflação chegou a 211,4% ao ano no momento da transição.

Milei inverteu a lógica outra vez. Em vez de financiar o déficit por dívida, como Macri, ou por emissão, como Fernández, atacou o gasto primário diretamente, produzindo em pouco mais de um ano aquilo que nenhum dos dois antecessores conseguiu sustentar: superávit fiscal, ou seja, o Estado passou a arrecadar mais do que gasta, o inverso exato do déficit herdado. As estimativas mais recentes situam o resultado em torno de 1,8% do produto, conforme análise publicada pelo TradingView Brasil. A diferença estrutural entre os três governos, portanto, não está no diagnóstico, que os três compartilham em boa medida, está no ponto do sistema sobre o qual cada um decidiu aplicar a força.

A gestão do Estado e a questão social

A opção política de Milei para viabilizar esse ajuste foi tão relevante quanto o ajuste em si. O corte de gasto avançou inicialmente por decreto, o DNU 70/2023, sigla para Decreto de Necessidade e Urgência, instrumento previsto na Constituição argentina que permite ao presidente legislar diretamente sobre determinadas matérias sem passar pelo Congresso, em tese apenas em situações excepcionais. Esse decreto específico desregulamentou dezenas de setores da economia argentina em um único ato do Executivo. Depois veio uma Lei de Bases negociada a duras penas no Congresso ao longo de 2024, que outorgou poderes delegados ao presidente e abriu caminho para privatizações. É uma arquitetura de concentração decisória no Executivo, algo que Macri e Fernández também praticaram em graus distintos, porém nenhum dos dois com a mesma disposição declarada de contornar o Legislativo como instância de legitimação primária.

O teste dessa arquitetura veio nas eleições legislativas de outubro de 2025. La Libertad Avanza, o partido de Milei, obteve 40,8% dos votos nacionais e ampliou sua bancada na Câmara dos Deputados de 37 para 101 cadeiras, e no Senado de 6 para 20, segundo apuração da NBC News e da Agência Brasil. O resultado deu a Milei margem para barrar a derrubada de vetos presidenciais, algo que o Congresso havia feito repetidamente contra cortes sociais ao longo de 2025, conforme registrou o Brasil de Fato. A vitória eleitoral consolidou o método: reformas que avançam por concentração de poder no Executivo e por barganha direta com governadores provinciais, não por construção de maiorias parlamentares estáveis em torno de um partido próprio, já que La Libertad Avanza seguia sendo, até a eleição, uma força pequena e recente.

Sobre a questão social especificamente, o desenho de Milei difere dos antecessores num ponto preciso: ele tratou o corte de subsídios e o fim do controle de preços não como efeito colateral a ser administrado, e sim como pré-condição do ajuste fiscal. Isso produziu um salto imediato de pobreza medida, de 41,7% no semestre da posse para 52,9% no primeiro semestre de 2024, segundo o Instituto +Liberdade, seguido de queda acentuada à medida que a inflação cedia e os salários recompunham poder de compra. Ao final de 2024 o índice de pobreza recuou para algo entre 28,6% e 38,1%, a depender da fonte e do período de referência exatos, conforme dados do INDEC reproduzidos pela Gazeta do Povo e pelo Metrôpoles respectivamente. O índice de salário real chegou a 97,8 pontos em setembro de 2025, vinte

por cento acima do início do governo, o que significa recuperação plena do poder de compra perdido na desvalorização inicial, conforme o Instituto +Liberdade.

Convém registrar, sem eliminá-la do quadro, a controvérsia em torno da própria medição. Um relatório do CEPA, o Centro de Economia Política da Argentina, entidade de pesquisa crítica à política econômica de Milei, divulgado em dezembro de 2025 e noticiado pelo Hora do Povo, questionou a metodologia do INDEC sob a atual gestão, calculando uma inflação acumulada de 288,2% desde a posse de Milei contra 249,5% pela métrica oficial, discrepância que teria motivado o próprio FMI a solicitar ajustes metodológicos ao INDEC. Tratar essa controvérsia sem preconceito significa nem descartá-la como ruído opositor, nem tomá-la como prova definitiva de manipulação. Significa registrar que a arquitetura estatística argentina, historicamente vulnerável a captura política em governos de todos os signos, segue sendo um ponto cego que qualquer leitura séria precisa sinalizar.

O desgaste do peronismo e dos sindicatos

O peronismo chega a este momento mais fraturado do que em qualquer ciclo desde a redemocratização de 1983. Nas legislativas de outubro de 2025, a coalizão peronista Fuerza Patria somou pouco mais de 24% dos votos nacionais, menos de dois terços do desempenho de La Libertad Avanza, resultado que o próprio dirigente da CGT Octavio Argüello atribuiu tanto ao desgaste da gestão de Alberto Fernández quanto à incapacidade do movimento de apresentar uma alternativa unificada, em entrevista à rádio Splendid AM 990. A Confederação Geral do Trabalho, coluna vertebral do peronismo desde que Perón a institucionalizou entre 1943 e 1955, convocou quatro greves gerais contra Milei em pouco mais de dois anos de governo, recorde de velocidade desde o retorno da democracia: a primeira veio 45 dias após a posse, contra o DNU 70, a mais rápida reação sindical a um presidente constitucional desde 1983. Levantamento da Escola de Governo da Universidade Austral mostra que, historicamente, presidentes não peronistas enfrentaram em média 8,67 greves gerais por ano de mandato, ao passo que sob governos peronistas o índice foi muito menor, Alberto Fernández inclusive não enfrentou nenhuma. A frequência das paralisações sob Milei, porém, não impediu a aprovação da reforma trabalhista em fevereiro de 2026, sinal de que a capacidade de veto de rua do sindicalismo argentino, historicamente decisiva, perdeu parte de sua efetividade num cenário de fragmentação política e desgaste de imagem.

Cortes sociais: a reforma trabalhista, a previdência e o relógio demográfico

A reforma trabalhista aprovada pela Câmara dos Deputados em 19 de fevereiro de 2026, por 135 votos a 115, em meio à quarta greve geral do governo, extinguiu a vigência indefinida dos contratos coletivos de trabalho, que antes permaneciam válidos até a assinatura de um novo acordo. Passaram a ter prazo de validade, o que obriga os sindicatos a renegociar sob pressão de tempo e sob risco de perder benefícios exclusivos da negociação coletiva caso não cheguem a um novo texto a tempo, segundo reconstrução da Gazeta do Povo. O pacote ampliou também a jornada de trabalho, fracionou férias a critério do empregador e facilitou demissões, mudanças que a oposição descreve como retrocesso a padrões anteriores à própria fundação do direito trabalhista argentino.

No campo previdenciário, o método preferido do governo não foi a reforma legislativa, foi o veto. Milei vetou integralmente, em 2024, a lei de mobilidade jubilatória que corrigiria os benefícios em 8,1% adicionais, e vetou de novo, em julho de 2025, um pacote de três leis que reajustava aposentadorias em 7,2%, elevava o bônus mensal de 70 mil para 110 mil pesos e restituía a moratória previdenciária, mecanismo que permite a quem não completou o tempo de contribuição se aposentar ainda assim. Em ambos os casos o Congresso tentou derrubar o veto e fracassou por não reunir os dois terços exigidos em ambas as Câmaras, com abstenções de governadores aliados cumprindo papel decisivo. O resultado prático, segundo levantamento do CEPA, foi uma perda real de renda de 18,8% para os aposentados que dependem do valor mínimo somado ao bônus congelado, entre fevereiro e abril de 2026.

Esse desenho de corte incide sobre uma pirâmide etária que já não perdoa adiamentos. Segundo o Censo de 2022, 15,7% da população argentina tem 60 anos ou mais, proporção que o próprio INDEC projeta superar 20% até 2040, com esperança de vida média de 76,6 anos. Quase 80 pessoas de 60 anos ou mais existem hoje para cada 100 menores de 15, e 93% dos maiores de 65 anos recebiam algum benefício previdenciário na última medição disponível, cobertura superada na região apenas por Cuba e Uruguai.

Congelar o bônus e vetar reajustes numa sociedade que envelhece nesse ritmo não é apenas uma escolha fiscal, é uma aposta em que a urgência do equilíbrio das contas públicas pesa mais, na balança do governo, do que a suficiência de renda de uma fatia crescente e já numerosa da população.

A função concreta da ideologia

Milei se apresenta como anarcocapitalista e usa o vocabulário de "la casta" contra toda a classe política tradicional, peronista ou não peronista. Tratar essa retórica sem preconceito é perguntar que trabalho ela realiza, não se ela agrada ou desagrada.

O primeiro trabalho é de legitimação distributiva. Um ajuste fiscal de proporções tão drásticas, concentrado no corte de obra pública, transferências a províncias e parte do funcionalismo, precisa de uma narrativa capaz de tornar esse sacrifício aceitável para quem o paga. A gramática libertária, com seu inimigo abstrato (o Estado parasitário) e seu vilão concreto (a casta política), cumpre essa função melhor do que qualquer tecnocracia silenciosa conseguiria, porque transforma dor econômica em épica moral.

O segundo trabalho é de coalizão. A ideologia articula um bloco heterogêneo, que vai do eleitor de classe média cansado da inflação ao capital financeiro internacional, passando pelo empresariado exportador que se beneficia da desregulação e por setores religiosos conservadores atraídos pela pauta de costumes. Nenhum desses grupos compartilha necessariamente o anarcocapitalismo doutrinário de Milei, todos encontram nele algum interesse satisfeito.

O terceiro trabalho, mais estrutural, é de arquitetura institucional. A ideologia antiestatista fornece a justificativa doutrinária para um método de governo que de outro modo pareceria apenas autoritário: governar por decreto e por veto, driblando um Congresso fragmentado, é apresentado não como concentração de poder, e sim como libertação da sociedade frente ao próprio Estado. É uma inversão retoricamente eficaz, sujeita porém ao mesmo teste ao qual toda concentração de poder executivo se submete historicamente na região, o de saber se sobrevive à alternância ou se a exige.

Recuperação real ou miragem estatística

Os elementos a favor da tese de recuperação são verificáveis. A inflação mensal, que era de 25,5% na posse, chegou a 1,6% em junho de 2025 e fechou 2025 em 31,5% acumulados no ano, o menor patamar desde 2017, segundo estimativas do FMI reproduzidas pela ABFA. O PIB cresceu 4,5% em 2025 e o Fundo projetava mais 4% para 2026. O risco país, que rondava 19 pontos percentuais de diferença, o chamado spread, sobre o juro pago pelo título americano de dez anos no início de dezembro de 2023, caiu para 7,5 pontos ao final de novembro de 2024, segundo o Instituto +Liberdade, e voltou a se mover entre 400 e 500 pontos básicos ao longo de 2026. É um patamar historicamente baixo para o país, ainda que distante do chamado investment grade, o selo que as agências de classificação de risco concedem a dívidas consideradas seguras e que abre as portas para os grandes fundos de investimento globais, os quais em geral têm proibição estatutária de comprar títulos abaixo desse selo.

Os elementos que complicam essa leitura são igualmente verificáveis. A produção industrial acumula queda de 6,1% em doze meses até fevereiro de 2026, segundo dados do INDEC citados pela Agência Brasil, e a atividade econômica geral retraiu 2,6% em fevereiro ante janeiro daquele ano. O setor têxtil perdeu 29,8% de sua produção nos dois primeiros anos de governo, com cerca de cem fábricas fechadas, dez por cento do total existente, segundo a entidade que reúne o setor, em reportagem da ABFA. A inflação, que parecia derrotada, voltou a acelerar por dez meses consecutivos entre 2025 e 2026, tocando 3,4% em março, antes de recuar de novo para 2,6% em abril, segundo o INDEC via Revista Fórum. E o risco país que caracterizou o "verão" de julho de 2026 já se desfez em agosto.

A leitura mais honesta é a de uma estabilização real, porém rasa e reversível, apoiada em disciplina fiscal genuína e em um ciclo exportador favorável, ainda incapaz de se converter em crescimento distribuído pelo tecido produtivo interno.

A dependência da relação com Trump

Parte da estabilização recente não nasceu de fundamentos domésticos, nasceu de Washington. Em setembro de 2025, em meio a uma corrida cambial que ameaçava o programa de estabilização às vésperas das legislativas, o secretário do Tesouro americano Scott Bessent anunciou a negociação de uma linha de swap cambial, mecanismo pelo qual dois bancos centrais trocam moedas entre si por um prazo determinado para reforçar as reservas de um deles, de vinte bilhões de dólares entre o Tesouro dos Estados Unidos e o Banco Central argentino, além de um crédito stand-by através do Fundo de Estabilização Cambial americano. O Tesouro chegou a intervir diretamente no mercado de câmbio argentino, comprando pesos e vendendo dólares, mais de 1,5 bilhão de dólares apenas nas duas semanas e meia anteriores à eleição de outubro, segundo cálculos privados reproduzidos pelo Metrôpoles. O pacote total anunciado pela Casa Branca chegou a 40 bilhões de dólares, somando o swap a um empréstimo de bancos privados ainda em negociação.

A novidade não está no socorro externo em si, prática recorrente na história argentina desde pelo menos os resgates do FMI da década de 2000. Está na condicionalidade explicitamente eleitoral que Trump atribuiu a ele. Dias antes do pleito, o presidente americano declarou que não perderia tempo com a Argentina caso o partido de Milei tivesse mau desempenho nas legislativas, frase que provocou um tombo imediato nos mercados portenhos e obrigou o próprio governo argentino a tentar amenizar seu efeito. Historicamente, a condicionalidade dos programas de resgate à Argentina foi técnica, metas fiscais, monetárias, de acumulação de reservas. A condicionalidade agora é também personalista, atrelada ao desempenho eleitoral de um único governante, o que Trump reforçou ao chamar Milei publicamente de aliado estratégico na América Latina e apostar abertamente em sua reeleição de 2027.

Há ainda uma camada geopolítica nessa dependência. Autoridades do governo Trump pressionaram reiteradamente Milei a abandonar a linha de swap de moedas que a Argentina mantém com o Banco Popular da China, dezoito bilhões de dólares dos quais cinco bilhões seguem em uso desde a gestão anterior. Um enviado especial americano para a América Latina chegou a afirmar que, enquanto mantiver esse swap chinês, a Argentina não é livre, frase que resume com precisão involuntária a lógica de todo o arranjo: a estabilidade do peso hoje depende menos da disciplina fiscal argentina isoladamente e mais da disposição de Washington em bancar essa disciplina, o que transforma uma política econômica doméstica em variável de geopolítica bilateral.

Setores e potencialidades

É nos setores primário-exportadores que a arquitetura de Milei encontra sua base material mais sólida. As exportações argentinas somaram 30,82 bilhões de dólares no primeiro quadrimestre de 2026, alta de 21,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, com superávit comercial acumulado de 8,3 bilhões de dólares, segundo o Centro de Economia Internacional em reportagem do *Ámbito*. Energia e mineração deixaram de ser setores complementares para se tornarem o principal motor desse resultado, puxados por Vaca Muerta e pela expansão da mineração metálica e de lítio.

O RIGI, sigla para Regime de Incentivo para Grandes Investimentos, marco legal criado pela Lei de Bases que oferece benefícios tributários, cambiais e aduaneiros por até trinta anos a projetos acima de determinado valor, projeta que as exportações combinadas de energia e mineração saltem de 13 bilhões de dólares em 2025 para mais de 51 bilhões em 2030, segundo informe oficial do governo citado pelo *El Sol*. A mineração isoladamente bateu recorde em 2025, com 6 bilhões de dólares exportados, alta de 29,2%, e projeta se aproximar de 10 bilhões em 2026, segundo a Infoenergia, com o lítio superando 1,4 bilhão e o setor mirando mais de 20 bilhões até 2031, conforme a Câmara Argentina de Empresas Mineradoras em reportagem da *Huella Minera*. A economia do conhecimento, terceiro complexo exportador do país (o conjunto de serviços de software, tecnologia da informação, biotecnologia e outros serviços profissionais de alto valor agregado que a Argentina vende ao exterior, sem depender de commodities físicas), superou pela primeira vez 10 bilhões de dólares em vendas no ano móvel encerrado em março, com mais de 285 mil empregos formais.

Essa reconfiguração tem um custo de arquitetura que merece registro. Levantamento da consultoria Paspártú mostra que mineração e petróleo e gás concentram 93% dos projetos aprovados pelo RIGI, contra

apenas 7% combinados para energia de valor agregado, siderurgia e infraestrutura, um desenho que blinda rentabilidade extrativa por trinta anos de estabilidade tributária enquanto deixa quase ornamental a industrialização do que se extrai. É a Argentina apostando, mais uma vez em sua história, na primarização como ponte para o desenvolvimento, aposta que já se mostrou insuficiente em ciclos anteriores de comida e minério baratos.

Prognóstico social

No curto prazo, até o final de 2026, o cenário mais provável é de continuidade tensa: inflação contida abaixo de três por cento ao mês, porém sujeita a sobressaltos por choques externos de combustíveis, risco país oscilando conforme o calendário de vencimentos de dívida e o humor eleitoral, e um governo fortalecido no Congresso que tentará aprovar reformas trabalhista e tributária represadas desde 2024. A pressão social, hoje contida pela recuperação salarial e pela fadiga da oposição peronista, permanece sensível a qualquer novo salto de preços.

No médio prazo, entre 2027 e 2029, o teste decisivo será a eleição presidencial de 2027, na qual Milei já está automaticamente posicionado como candidato à reeleição depois da vitória legislativa de outubro. Se a maturação dos investimentos em energia e mineração sob o RIGI se traduzir em geração de divisas sustentada, como projetam os próprios números oficiais, o governo terá espaço para amenizar o custo social do ajuste sem abandonar sua âncora fiscal. Se a fragilidade cambial que já se manifestou em agosto de 2026 se aprofundar, o padrão histórico argentino de erosão da credibilidade a cada quatro ou cinco anos tende a se repetir, dessa vez sob um vocabulário libertário em vez de peronista ou macrista.

No longo prazo, a década que se abre até 2035, a variável decisiva não é ideológica, é geológica e demográfica: a maturação de Vaca Muerta, do lítio e do cobre projeta a Argentina como potência energética e mineral relevante, com exportações do setor podendo alcançar 28 bilhões de dólares até 2035 segundo projeções oficiais reproduzidas pela Infoenergia. A questão que nenhum dos três governos analisados respondeu ainda, nem Macri, nem Fernández, nem Milei, é se essa riqueza extrativa se converterá em base fiscal redistribuída e em indústria doméstica de maior complexidade, ou se apenas financiará mais um ciclo de dólares fáceis seguido da mesma ressaca que a Argentina já conhece de cor desde o início do século.

A dúvida do agosto de 2026, se os 506 pontos de risco país anunciam apenas uma correção de mercado ou o primeiro sintoma de um novo ciclo de desconfiança, é a mesma dúvida que a Argentina carrega desde muito antes de Milei nascer para a política. O peso, dessa vez lastreado em disciplina fiscal e em xisto, segue sendo pesado na mesma balança onde o país pesa sua própria capacidade de não se trair outra vez.

Conclusão: o Estado contemporâneo em disputa

Tudo o que se descreveu até aqui converge para uma tese: a arquitetura do Estado contemporâneo está em disputa aberta, e a Argentina é hoje o laboratório mais avançado dessa disputa no Cone Sul. Não se trata de escolher entre mais Estado e menos Estado, formulação preguiçosa que serve aos dois campos. Trata-se de decidir quem projeta o Estado, para servir a quem, e sob que legitimação. O DNU 70/2023, o RIGI com sua estabilidade tributária de trinta anos, a reforma trabalhista de fevereiro, os vetos previdenciários sucessivos, todos esses instrumentos não reduzem o Estado, eles o reprogramam. O Estado que emerge é menor para o aposentado e maior para o investidor extrativo, mais fraco na negociação coletiva e mais forte na garantia contratual ao capital.

Esse redesenho não acontece num vácuo tecnológico. As BigTechs constituíram-se, na última década, como poder normativo paralelo, capazes de definir infraestrutura de pagamento, de comunicação e de dados sem passar por parlamento algum. Onde antes o Estado regulava o trabalho pela lei, hoje o algoritmo o organiza pela plataforma, e a subordinação jurídica que fundamenta o direito trabalhista se dissolve em contratos de adesão que nenhum sindicato negociou. A inteligência artificial generativa acelera esse movimento numa direção historicamente inédita: as ondas anteriores de automação atingiram primeiro o trabalho manual repetitivo, esta atinge o trabalho intelectual de rotina, o núcleo ocupacional da classe média urbana. Advogados juniores, redatores, analistas, professores, projetistas, camadas que sustentaram politicamente as democracias do pós-guerra justamente por sua estabilidade material. Estudos citados pelo

IBRE/FGV mostram exposição desigual, mais intensa sobre mulheres, 35,4% contra 25,2% dos homens no caso brasileiro. Uma classe média que se precariza sem se proletarizar produz ressentimento sem organização, e ressentimento sem organização é matéria-prima política da extrema direita. Milei não é causa desse fenômeno, é seu beneficiário mais eficiente.

Some-se a isso o reposicionamento estratégico dos Estados Unidos sobre a América Latina. Em agosto de 2026, o Departamento de Estado divulgou vídeo oficial reafirmando que o domínio americano no Hemisfério Ocidental nunca mais será questionado, retomando explicitamente a Doutrina Monroe de 1823 e batizando sua atualização de Corolário Trump. A Estratégia Nacional de Contraterrorismo de 2026 recoloca o hemisfério como prioridade absoluta de segurança nacional, fundindo contraterrorismo, guerra às drogas, migração e crime organizado numa mesma categoria operacional. A captura de Nicolás Maduro em janeiro de 2026 foi apresentada pelo próprio governo americano como manobra calculada para dar sinal ao hemisfério. A Reunião Ministerial sobre Minerais Críticos, convocada pelo Departamento de Estado em fevereiro de 2026, explicitou a segunda dimensão dessa política: redefinir os termos de acesso aos recursos naturais da região. Lítio, cobre, terras raras, água, biodiversidade, rotas marítimas. Chamar isso de neocolonialismo não é retórica, é descrição do vocabulário empregado pelos próprios documentos, que falam em garantir acesso, não em compartilhá-lo.

O multilateralismo que poderia arbitrar esse quadro chega falido à mesa. A Organização Mundial do Comércio não conteve o tarifaço de 2025, foi a Suprema Corte americana quem o derrubou, por razões de direito interno. O Conselho de Segurança não impediu nem o ataque ao Irã em fevereiro nem o fechamento de Ormuz que se seguiu. O FMI, que deveria aplicar condicionalidade técnica, viu-se acompanhado por um Tesouro americano que impôs condicionalidade eleitoral explícita à Argentina. China e Rússia operam nesse vácuo com lógicas distintas: Pequim por presença econômica capilar, financiamento de infraestrutura, swaps cambiais como os dezoito bilhões de dólares que Washington pressiona Buenos Aires a cancelar, controle de cadeias de terras raras e processamento; Moscou por perturbação energética e militar, aproveitando cada fratura para elevar o custo da hegemonia adversária. O resultado não é um mundo multipolar ordenado, é um interregno em que a força volta a preceder a norma. Para um jurista, é o cenário mais desconfortável possível: o direito internacional convertido em linguagem cerimonial de decisões tomadas alhures.

Daí a razão pela qual a Argentina precisa ser estudada, e não apenas condenada, pelos setores progressistas. É a primeira experiência concreta, num país de dimensão significativa e instituições democráticas em funcionamento, de rearranjo estatal integral conduzido por uma extrema direita com apoio explícito, e não envergonhado, do grande capital nacional e internacional. Milei fez o que a esquerda regional costuma dizer que ninguém faria: cortou de fato, venceu eleição depois de cortar, e ampliou sua base parlamentar. Ignorar isso é preferir o conforto do diagnóstico moral à obrigação da análise. Entender por que o eleitor argentino, empobrecido, referendou quem o empobreceu, é a única forma de construir alternativa que não seja mera nostalgia do arranjo anterior, aquele mesmo arranjo que produziu 211% de inflação e reservas líquidas negativas em treze bilhões de dólares. O peronismo perdeu porque governou mal, não apenas porque foi caluniado.

E daí, também, a razão pela qual o título deste texto não termina em neutralidade. Compreender Milei sem preconceitos é exigência intelectual. Vencê-lo é exigência democrática, porque o que está em jogo não é um programa econômico entre outros. É a normalização de um método: governar por decreto contra o parlamento, financiar a estabilidade doméstica com condicionalidade eleitoral estrangeira, entregar o subsolo por trinta anos de imunidade tributária, desmontar a negociação coletiva no exato momento histórico em que a tecnologia já a fragilizava sozinha, e cortar aposentadorias numa sociedade que envelhece a passos largos. Cada uma dessas medidas, isolada, é discutível em boa-fé. Somadas, e blindadas por capital externo com interesse declarado no subsolo e nos dados da região, elas configuram outra coisa: uma democracia que preserva o rito eleitoral enquanto transfere para fora do alcance do voto as decisões que realmente importam.

Essa disputa não é abstrata nem distante, e o Brasil já é seu alvo declarado. Em 28 de março de 2026, na CPAC do Texas, o senador Flávio Bolsonaro, pré-candidato à Presidência, afirmou que o Brasil é a solução para que os Estados Unidos não dependam mais da China em terras raras e minerais críticos, e descreveu o país como o campo de batalha onde o futuro do hemisfério será decidido. No mesmo discurso,

pediu que outros países monitorassem as eleições brasileiras e exercessem pressão diplomática sobre nossas instituições. Em 26 de maio, após reunir-se com Trump em Washington, prometeu que sob seu governo haveria parceria estratégica de longo prazo no setor, com investimento protegido e reindustrialização compartilhada entre os dois países. Encaminhou ainda ao Escritório do Representante Comercial americano documento crítico ao funcionamento do Mercosul, endossando a tese da flexibilização e chegando a propor área de livre comércio direta entre Brasil e Estados Unidos. Do outro lado da mesa, o secretário de Estado Marco Rubio classificou o Brasil como governo latino-americano não amigável, na mesma categoria de Cuba e Nicarágua, atribuiu a Lula a culpa pelo tarifaço ao dizer que o governo brasileiro não negociou de boa-fé, promoveu a revogação de vistos de autoridades brasileiras, incluindo a da embaixadora em Washington, e viu sua subsecretaria acusar o Brasil de censura eleitoral em plena campanha. É a mesma engrenagem que operou em Buenos Aires, aqui com o adendo do subsolo: apoio explícito a um candidato, condicionalidade comercial como instrumento de pressão, e a promessa de entrega antecipada dos minerais que a transição energética global tornou estratégicos. O que Milei negociou com o dólar, oferece-se aqui negociar com terras raras.

Convém precisar o que significa vencê-lo, porque a palavra admite leituras que precisam ser recusadas. Não se trata de torcer pelo fracasso da economia argentina, aposta moralmente indigna e politicamente suicida, já que o custo de um novo colapso recairia sobre os mesmos que já pagaram o ajuste. Não se trata de judicializar o adversário nem de esperar que a crise cambial faça o trabalho que a política não fez. Trata-se de vencê-lo no terreno onde ele venceu: o do voto, o da explicação convincente, o da capacidade de oferecer estabilidade sem entregar soberania. Milei não chegou ao poder por golpe, chegou porque a alternativa disponível estava desmoralizada por sua própria gestão. Quem quiser derrotá-lo precisa apresentar aquilo que o peronismo não apresentou em 2023 e voltou a não apresentar em 2025: um programa que sustente contas públicas equilibradas sem converter o equilíbrio em fim último do Estado.

Essa disputa tem prazo e tem endereço. O prazo é 2027, quando Milei chega à reeleição automaticamente posicionado e com apoio financeiro americano já anunciado. O endereço é a arquitetura estatal: quem define o regime de exploração do lítio e do cobre, quem regula as plataformas que organizam o trabalho, quem decide se os dados gerados na região são infraestrutura pública ou ativo privado estrangeiro, quem arbitra a transição energética que a Europa e os Estados Unidos querem financiar com minério latino-americano. São questões de desenho institucional, não de emoção ideológica, e é precisamente por isso que a extrema direita as vence com tanta facilidade: enquanto o campo progressista discute símbolos, ela edita decretos, aprova regimes de incentivo com estabilidade tributária de três décadas e reescreve códigos do trabalho em sessões de catorze horas.

Vencê-lo, portanto, é menos um ato eleitoral do que uma reconstrução programática que precisa começar antes da eleição e sobreviver a ela. Quem se limitar a esperar o desgaste natural do ajuste terá aprendido nada com dezembro de 2023, quando o eleitor argentino escolheu a motosserra porque ninguém lhe ofereceu ferramenta melhor.

A Argentina está fazendo a pergunta antes de nós. A resposta que der, ou que lhe impuserem, chegará a Buenos Aires, a Brasília e a Montevideu com o mesmo vento que traz o preço do barril e o custo do dinheiro. Do outro lado do Uruguai, na fronteira onde nasci, os rádios das duas margens tocam a mesma estática. Convém que estejamos acordados quando parar.

**Nota metodológica: as pesquisas que sustentam este texto foram produzidas por intermédio de inteligência artificial, sob minha coordenação e validação.*

Nota de fontes: os dados citados neste texto provêm de reportagens e levantamentos publicados entre 2023 e 2026 por Agência Brasil, ABFA, Âmbito, Banco BPI Research, BiodieselBR, Brasil de Fato, Brazil Journal, Chequeado, CNN Brasil, Congresso em Foco, Diário Carioca, Diário de Cuyo, Dinheiro Vivo, El Sol, Estado de Minas, Extra Classe, Forbes Brasil, Gazeta do Povo, Gupy, Hora do Povo (com base em relatório do CEPA), Huella Minera, IBRE/FGV, IEEE, Ipea (Carta de Conjuntura), Infomoney, Infoenergia, Instituto +Liberdade, JOTA, Lua Nova (Revista de Cultura e Política), McKinsey, Metrôpoles, NBC News, Patagonia Shale, Perfil, Phenomenal World, Poder360, Revista Fórum, SciELO Brasil, TD Economics, Trading Economics, TradingView Brasil, Washington Examiner e Yahoo Notícias/AP, além de dados primários do INDEC, do Banco Central da República Argentina, do FMI, da OCDE, da Agência Internacional de Energia, do Departamento de Estado e do Tesouro dos Estados Unidos, da ApexBrasil e da Cámara Argentina de Empresas Mineras citados por essas fontes. Onde houve divergência metodológica relevante entre fontes, como nas séries de pobreza e inflação, ela foi sinalizada explicitamente no corpo do texto.